



## PREFEITURA DE MARINGÁ ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ  
PROTOCOLO GERAL

Recebido em 08/11/2021  
às 13:50 horas

*Amirano*  
Funcionário Responsável

**MENSAGEM DE LEI Nº 114/2021**

Maringá (PR), 04 de novembro de 2021

Senhor Presidente:

Em atendimento ao disposto no art. 2º, da Lei Complementar nº 1.261, de 18 de dezembro de 2020, que determinou a revisão das normas que tratam do Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios e do IPTU Progressivo no tempo, venho por meio deste projeto de lei apresentar proposta de transição que se aplicará após a sua vigência, até a revisão final do Plano Diretor do Município de Maringá e das leis específicas que tratam dos respectivos instrumentos.

As justificativas técnicas seguem a este projeto de lei, bem como o parecer do Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial. Neste sentido, embora os parâmetros estabelecidos pelo atual Plano Diretor para a aplicação do PEUC/IPRO, o diagnóstico da revisão em curso já aponta para a necessidade de melhorias para a sua correta aplicação.

Diante do exposto e na certeza de contar com o apoio de Vossas Excelências na aprovação deste Projeto de Lei, aproveito o ensejo para renovar meus protestos de estima e consideração pelos integrantes dessa Casa de Leis.

Atenciosamente,

*Ulisses de Jesus Maia Kotsifas*  
**ULISSES DE JESUS MAIA KOTSIFAS**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Excelentíssimo Senhor:

**MARIO MASSAO HOSSOKAWA**

Presidente da Câmara Municipal de Maringá

NESTA



# **PREFEITURA DE MARINGÁ**

## **ESTADO DO PARANÁ**

### **PROJETO DE LEI Nº**

**Autoria: Poder Executivo.**

**Dispõe sobre a aplicação do PEUC e IPTU Progressivo no Tempo até a finalização da revisão do Plano Diretor e de leis específicas que tratam dos referidos instrumentos**

**CONSIDERANDO** as Leis Complementares nº 1088/2017, 1138/2018, 1183/2019 e 1261/2020, que trataram da suspensão do IPTU Progressivo no Tempo para os exercícios de 2018, 2019, 2020 e 2021

**CONSIDERANDO** as que Leis Complementares acima elencadas determinaram a revisão das legislações atinentes ao PEUC e ao IPRO

**CONSIDERANDO** que a revisão do Plano Diretor ainda está em curso e que a revisão das legislações relativas aos instrumentos urbanísticos deverá ocorrer em etapa posterior

**A CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ**, aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte

### **LEI ORDINÁRIA:**

**Art. 1º** Até a completa revisão e edição do novo Plano Diretor e das legislações específicas que tratam do Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios e o Impostos Predial e Territorial Urbano no Tempo, atualmente previstos nos artigos 110 e ss. da Lei Complementar nº 632, de 06 de outubro de 2006, serão objetos dos referidos instrumentos os seguintes imóveis:



## PREFEITURA DE MARINGÁ ESTADO DO PARANÁ

I – localizados na Macrozona Urbana de Consolidação com área superior a 10.000,00m<sup>2</sup>;

II – localizados na Macrozona Urbana de Qualificação, com área superior a 24.200,00m<sup>2</sup>.

**§1º** Os imóveis já notificados e que não se enquadrarem nas disposições acima delineadas estarão suspensos do cumprimento do PEUC e o lançamento do IPRO, até a revisão definitiva do Plano Diretor e das leis específicas que tratem destes instrumentos.

**§2º** Respeitadas as metragens e macrozonas acima indicadas, poderá ser aplicado o PEUC e IPRO ao conjunto de imóveis de que trata o inciso IV, do art. 113, da Lei do Plano Diretor.

**§3º** Não se considera conjunto de imóveis, para fins de aplicação do PEUC e IPRO, aqueles imóveis oriundos de processo formal de parcelamento do solo, do tipo loteamento.

**Art. 2º** Os proprietários de imóveis que se enquadrarem nas disposições dos incisos do art. 1º e que já tiverem sido anteriormente notificados, deverão ser cientificados a respeito da retomada do cômputo dos prazos relativos à necessidade de cumprimento do parcelamento, edificação ou utilização compulsórios.

**Parágrafo único.** Caso não tenham sido notificados, deverá o Município de Maringá realizar a sua notificação, nos termos desta lei e da Lei do Plano Diretor, após análise da comissão de que trata o art. 3º.

**Art. 3º** Até a criação de cargos específicos para o acompanhamento dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, o Município de Maringá deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, criar comissão específica para o acompanhamento e aplicação do PECU e do IPRO, composta por servidores das seguintes secretarias:

I – Secretaria de Urbanismo e Habitação – SEURBH;

II – Secretaria de Fazenda – SEFAZ;



## **PREFEITURA DE MARINGÁ ESTADO DO PARANÁ**

**III – Procuradoria-Geral – PROGE;**

**IV – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá – IPPLAM.**

**§1º** A comissão deverá ser coordenada e presidida pelo servidor do IPPLAM.

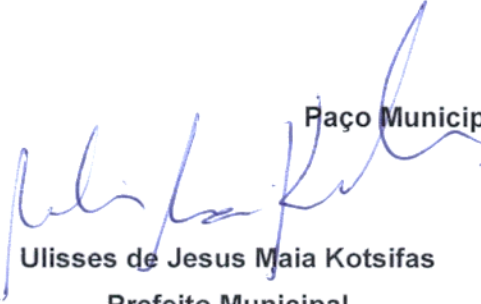
**§2º** A comissão deverá reavaliar as notificações já expedidas, submetendo os casos de exclusão já previstas em lei ao Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial, nos termos do §2º, do art. 114, da Lei Complementar do Plano Diretor.

**§3º** A comissão deverá elaborar o seu regimento, no prazo de 60 (sessenta) dias de sua instituição.

**Art. 4º** Entre a promulgação da presente lei, a criação da comissão e a cientificação a respeito da retomada dos prazos, não incidirá alíquota progressivo aos imóveis enquadrados na Lei Complementar nº 1261, de 18 de dezembro de 2020.

**Art. 5º** Esta lei entre em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**Paço Municipal, 04 de novembro de 2021**

  
**Ulisses de Jesus Maia Kotsifas**

**Prefeito Municipal**

  
**Hércules Maia Kotsifas**

**Secretário de Governo**